



-----ATA Nº 1/2020-----

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, por videoconferência, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia de Selho S. Jorge, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto um: Apreciar e votar os documentos de prestação de contas de 2019.-----

----- Ponto dois: Aprovar o orçamento retificativo para o ano 2020 e as modificações ao PPI – Plano Plurianual de investimentos.-----

----- Ponto três: Aprovar a celebração do contrato de delegação de competências nas freguesias em matéria de limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros e de realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico – ano de 2020.-----

----- O Presidente da mesa deu início à sessão comunicando a impossibilidade dos deputados Isabel Machado, Nuno Pinto estarem presentes, por isso, foram substituídos pelos deputados Manuela Marques e Pedro Canário. Igualmente aconteceu com a deputada Marta Faria que foi substituída pela deputada Rosa Maria Almeida.-----

----- Uma vez que a assembleia decorreu por videoconferência, e, nenhum deputado se opôs, não houve a leitura da ata da sessão anterior. Colocada a votação obteve a aprovação por maioria. Doze votos a favor (nove de juntos por Guimarães, um da CDU e dois do PS), e uma abstenção (PS).-----

----- O presidente da mesa, José Campos, iniciou o período antes da ordem do dia. Nesta rubrica, inscreveram-se os deputados Ricardo Lemos e Rosa Maria Almeida. O deputado Ricardo Lemos questionou o porquê da assembleia estar a decorrer naquele formato, e, qual o motivo por não aguardarmos mais algum tempo para que se possa fazer presencialmente, uma vez que, o prazo para a sua realização poderia ser até 30 junho.-----

-----De seguida, interveio a deputada Rosa Maria Almeida questionando a junta sobre as medidas adotadas para apoiar a população mais fragilizada nesta altura de pandemia. Continuou o seu discurso afirmando que o site da junta e facebook encontram-se desatualizados, não entendendo o porquê, pois considera ser um veículo de informação importante. Por último, pediu esclarecimentos acerca da não disponibilização das últimas atas de assembleia no website da junta.-----

-----Tomou a palavra o Presidente da Junta respondendo ao deputado Ricardo Lemos com outra pergunta “porquê não fazer assim?”, uma vez que foi permitido em decreto-lei este formato. Reforçou a sua ideia dando exemplos de entidades públicas em que as suas reuniões foram realizadas nestes moldes. Afirmou que nesta altura de pandemia era importante tentar fazer a vida o mais normal possível.-----

Dirigindo-se à deputada Rosa Maria Almeida, o presidente esclareceu que a junta tem apoiado as famílias com carências económicas, os idosos, desempregados e também as instituições locais, assim como, o centro de saúde, por exemplo. Afirmou também que apoiaram as crianças das escolas com equipamento informático para realizarem as videoaulas. A Junta fez o seu papel, e, conseguiu que uma empresa financia-se tabletes novos para as crianças com carências económicas de Pevidém. Esclareceu que a caridade não se apregoa, pratica-se. Relativamente à atualização dos conteúdos no facebook, o presidente afirmou que poderiam ter publicitado mais iniciativas mas por uma questão de perfil não o têm feito.-----

-----De novo interveio o deputado Ricardo Lemos dizendo que este formato está na lei, por isso, não se opôs. Continuou, afirmando que o presidente está sempre a dizer que não é propagandista, mas quer ser lembrado como o 1º presidente que realizou uma assembleia de freguesia por videoconferência. Relativamente à questão levantada pela deputada Rosa Maria, questionou o porquê de não ter sido publicado a ajuda, desta forma, a população não tem conhecimento desse auxílio.-----

-----Seguidamente, interveio a deputada Rosa Maria dizendo que não necessitam de propaganda mas sim de informação, caso contrário, a população de Pevidém não sabe que a junta está a ajudar. De seguida, voltou a pedir esclarecimentos acerca da não colocação das atas no site da Junta.-----

-----De novo interveio o Presidente de Junta lendo uma notícia publicitada no facebook a 28 de março de 2020, disponibilizando ajuda à população. Relativamente à não colocação das atas assumiu que falham nessas miudezas, contudo, afirmou que se assim não fosse eram praticamente perfeitos.-----

-----De seguida, voltou a intervir a deputada Rosa Maria dizendo que leu essa notícia, ainda assim, é da opinião que poderia ter havido mais informação.-----

-----Como resposta à deputada Rosa Maria, o Presidente de Junta esclareceu que a junta publicitou a ajuda necessária à população.-----

----- Iniciou-se o período da ordem do dia. Os deputados Benvinda Machado e Gilberto Andrade inscreveram-se neste ponto. Benvinda Machado foi a primeira deputada a intervir, pedindo esclarecimentos acerca da baixa execução orçamental do PPI.-----

-----De seguida, interveio o deputado Gilberto Andrade pedindo esclarecimentos relativamente a dois pontos. No primeiro ponto, quis saber o motivo da baixa execução orçamental e o segundo a causa da não conclusão da obra do abrigo de lazer junto à feira.-----

-----Como resposta às questões levantadas, interveio o Presidente de Junta, afirmando que iria primeiramente responder à pergunta do abrigo de lazer, uma vez que, a outra questão era comum aos dois deputados. Relativamente ao abrigo de lazer, o presidente esclareceu que houve

problemas durante a execução da obra, mais precisamente pelo incumprimento dos timings dados pelo carpinteiro. Para a instalação da cobertura havia uma reunião agendada com uma empresa, mas devido ao confinamento, foi cancelado. Quanto à baixa execução do PPI, o presidente de Junta concordou com os deputados. Esclareceu que em 2019 tinham planeado realizar a obra do Pelourinho, contudo, devido aos factos já conhecidos pelos deputados não chegaram a acordar para assinatura do protocolo com a Coelima. Seguidamente comparou o orçamento de 2019 com os anos do anterior executivo (coligação PS e CDU). Concluiu que no pior ano, com um orçamento baixo (2019) é melhor que qualquer ano do anterior executivo.-----

-----O ponto um da ordem do dia colocado a votação obteve a aprovação por maioria. Nove votos a favor (Juntos por Guimarães) e quatro abstenções (uma da CDU e três do PS).-----

----- De seguida, o ponto dois foi posto a discussão ao qual registou a intervenção de dois deputados Benvinda Machado e Ricardo Lemos. A deputada Benvinda Machado começou a sua intervenção interrogando o aumento da verba para as iniciativas da freguesia. Quis saber se o espetáculo programado para dia 20 junho 2020 se iria manter devido às restrições impostas pela pandemia do Covid-19. E, falou-nos da obra do pelourinho, se porventura, as divergências entre Junta e Coelima estavam ultrapassadas, e de que forma.-----

-----Seguidamente interveio o deputado Ricardo Lemos, questionando a disparidade de valores (aumento e diminuição) relativos às obras do Pelourinho, Rua 25 de Abril, Rua do Montenegro, Rua das Casas Novas e zona envolvente das escolas. Continuou a ser da opinião que a junta deveria mostrar os projetos à população.-----

-----Tomou a palavra o Presidente de Junta explicando à deputada Benvinda Machado que em dezembro as rubricas são abertas, e, que em abril se faz o retificativo das mesmas, por isso é que houve um aumento na rubrica das iniciativas da freguesia. Quanto à atuação da banda contratada diz-nos que ainda não existe nenhuma decisão, todavia, quando for tomada, irão comunicar oficialmente. Aproveitou a palavra para esclarecer que as rubricas com baixas cabimentações são de obras que provavelmente não se irão realizar no decorrer do ano, mas sim, aquelas que têm um orçamento ajustado ao valor da obra. Explicou ainda, a inexistência de acordo com a Coelima, contudo, a obra irá prosseguir como planeado. Afirmou que o interesse público e de Pevidém está a frente de qualquer outro interesse.-----

Dirigindo-se ao deputado Ricardo Lemos explicou que as obras da Rua 25 de Abril, Rua do Montenegro, Rua das Casas Novas, provavelmente não iriam ser realizadas no decorrer do ano, por isso é que tinham uma cabimentação baixa comparativamente com a obra do Largo do Pelourinho e zona envolvente às escolas. Quanto aos tanques públicos, esclareceu que consoante necessitam eles estão a ser intervencionados, dando o exemplo, do tanque do Covelo que foi

recentemente intervencionado. Continuou discordando da opinião do deputado Ricardo Lemos, no que diz respeito à apresentação pública dos projetos.-----

----De novo, interveio o deputado Ricardo Lemos, falando da disparidade de valores da obra da Rua de 25 de Abril que primeiramente era de 60 000€ (2018) e agora passou a 1 000€, e, da obra do Pelourinho que passou de 37 000€ para 125 000€. Voltou a questionar o valor das obras para a requalificação da zona envolvente às escolas.-----

----Como resposta ao deputado Ricardo Lemos, o Presidente de Junta explicou que a obra da Rua 25 de Abril só se irá realizar depois de chegarem a acordo entre a Arriba, Câmara Municipal e Junta de Freguesia, devido à alteração do sentido de trânsito. Voltou a esclarecer que as obras com uma dotação orçamental baixa, não serão, provavelmente, realizadas no decorrer do ano. Relativamente ao projeto das escolas, Angelino Salazar, diz-nos que só está pensado intervir na zona envolvente à escola EB1.-----

---- O ponto dois da ordem do dia colocado a votação obteve a aprovação por maioria. Nove votos a favor (Juntos por Guimarães) e quatro abstenções (uma da CDU e três do PS).-----

---- De seguida foi posto o ponto três da ordem do dia a discussão, à qual não registou qualquer intervenção.-----

----O ponto três da ordem do dia colocado a votação obteve a aprovação por unanimidade.-----

---- De seguida, a pedido da Junta de Freguesia, no sentido de haver maior celeridade nas resoluções assinaladas nos pontos da ordem do dia, o Presidente da Assembleia colocou a ata em minuta à votação, tendo sido esta aprovada por unanimidade. -----

---- Por fim, não foi aberto o período de intervenção do público, uma vez que, esta assembleia realizou-se por videoconferência devido ao estado de emergência relacionado com o covid-19. ----

---- Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada e dela se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim, Ângela Alves, que a secretariei, pelo Presidente da Assembleia, José Campos, e pelo segundo secretário, Daniel Dias. -----

O Presidente da Mesa _____

A Primeira Secretária _____

O Segundo Secretário _____